Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;
CONSIDERANDO as férias da promotora de justiça Sinara Lopes Lima de Bruyne;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das promotorias de justiça cível e de defesa comunitária e cidadania de Icoaraci;
CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 14342/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça SINTIA NONATA NEVES DE QUINTANILHA BIBAS MARADEI para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer nas promotorias de justiça cível e de defesa comunitária e cidadania de Icoaraci, as atribuições do 2º cargo, no período de 2 a 31/5/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de abril de 2017.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 2520/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 10, inciso VI, da Lei nº 8.625/93 c/c art. 18, incisos VI e XXIII; art. 26, inciso V e art. 113, inciso II, §2º, §3º e §5º, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006;

CONSIDERANDO a convocação *ad referendum* do Conselho Superior do Ministério Público da promotora de justiça Ana Maria Magalhães de Carvalho pela PORTARIA Nº 7935/2016-MP/PGJ, de 7/12/2016;

CONSIDERANDO que só, excepcionalmente, o promotor de justiça poderá exercer suas atribuições em promotoria de justiça diversa da qual for titular;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de assegurar a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo da promotoria de justiça de Mosqueiro, em razão da vacância;

RESOLVE:

DESIGNAR a promotora de justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO para exercer na promotoria de justiça de Mosqueiro, as atribuições do 2º cargo, a contar de 2/5/2017, com prejuízo de sua titularidade.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de maio de 2017.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

Protocolo: 174409

EXTRATO DA PORTARIA Nº 015/2017-2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000012-200/2016-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 015/2017-2ºPJDC

Requerido: Prefeitura Municipal de Ananindeua

Assunto: Improbidade – Investigar suposta violação a princípios administrativos consistentes nas irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização nº V01022, emitido pela Controladoria-Geral da União – CGU.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 174419

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação,

apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados. PORTARIA Nº.: 011/2017 – MP/4ªPJC Inquérito Civil: 000716-477/2016 Conversão: 23/01/2017. Investigante: 4ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua Objeto: Apurar situação vivenciada pelo idoso JOSÉ SANTANA COSTA (65 anos), o qual necessita ser submetido a procedimento médico com urgência, porém teve seus documentos pessoais furtados e não consegue atendimento pelo Sistema Único de Saúde.

Promotor de Justiça Titular: José Godofredo Pires dos Santos.

Protocolo: 174398

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 000355-125/2017-MP/1ªPJ/DCF/DH

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS, Dr.ª MARIA DAS GRAÇAS CORREA CUNHA, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 000355-125/2017-MP/1ª PJ/DCF/DH, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 11/2017

Data da Instauração: 06/04/2017

Objeto: Acompanhar a adequação das escolas remanescentes da rede pública estadual de ensino localizadas no município de Belém, que ainda necessitam atender às exigências explanadas nos termos do Ofício nº 1238/2016 do Conselho Estadual de Educação, que concedeu-lhe os respectivos atos autorizativos, desde que cumpram as exigências alusivas à acessibilidade, à inexistência de sala de recursos multifuncionais, à aceitação de espaços de leitura em lugar de bibliotecas mobiliadas e dotadas de vasto acervo, e a existência de bibliotecário, em novo prazo. Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 174519

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL CONFORME

ART. 15, §2º DA LEI Nº 8.666/93)

Nº DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 018/2017-MP/PA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 062/2016-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e A L PAES BOULHOSA – ME (CNPJ/MF sob nº 02.965.642/0001-50) Objeto: Registro De Preços Para Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos, Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

Data da Assinatura: 06/02/2017

Vigência: 07/02/2017 a 06/02/2018

Preços Registrados:

Item	Especificação	Marca	Und.	Quant.	Preço Unit. R\$
14	CONDICIONADOR DE AR PAREDE, TIPO: JANELA, CAPACIDADE: 12.000 BTU/h, TENSÃO NOMINAL: 220volts, OPERAÇÃO: SISTEMA DE CONTROLE MECÂNICO, CICLO: FRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, COMPRESSOR ROTATIVO, CHASSI E GABINETE DESLIZANTE INDEPENDENTE, SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR OU EXAUSTÃO, SELO PROCELCLASSE A. Cota Principal do Item 14 – 75% da sua quantidade original – participação aberta	CONSUL MOD: CCI12DB	un	75	1.489,90
15	CONDICIONADOR DE AR PAREDE, TIPO: JANELA, CAPACIDADE: 12.000 BTU/h, TENSÃO NOMINAL: 220volts, OPERAÇÃO: SISTEMA DE CONTROLE MECÂNICO, CICLO: FRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SILENCIOSO, COMPRESSOR ROTATIVO, CHASSI E GABINETE DESLIZANTE INDEPENDENTE, SISTEMA DE RENOVAÇÃO DE AR OU EXAUSTÃO, SELO PROCELCLASSE A. Cota Reservada do Item 14 - 25% da sua quantidade original - participação exclusiva ME/EPP	CONSUL MOD: CCI12DB	un	25	1.489,90

24	VITRINE GELADA (EXPOSITOR REFRIGERADO) CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 LITROS, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA EM VIDRO ANTIEMBAÇANTE, MÍNIMO DE 04 PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS EM PINTURA ESMALTE EPÓXI, PÉS NIVELADORES, SISTEMA FROST FREE. COR: BRANCA OU INOX. ALIMENTAÇÃO: 127/220 VOLTS. Cota Principal do Item 24 – 75% da sua quantidade original – participação aberta	GELOPAR MOD: GPTU 40	un	23	2.989,00
25	VITRINE GELADA (EXPOSITOR REFRIGERADO) CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 LITROS, ILUMINAÇÃO INTERNA, PORTA EM VIDRO ANTIEMBAÇANTE, MÍNIMO DE 04 PRATELEIRAS INTERNAS REGULÁVEIS EM PINTURA ESMALTE EPÓXI, PÉS NIVELADORES, SISTEMA FROST FREE. COR: BRANCA OU INOX. ALIMENTAÇÃO: 127/220 VOLTS. Cota Reservada do Item 24 - 25% da sua quantidade original - participação exclusiva ME/EPP	GELOPAR MOD: GPTU 40	un	07	2.989,00

Foro: Belém – PA

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves

Endereço da Contratada: Praça Carneiro da Rocha, nº 919, Loja 03, Bairro da Cidade Velha, na cidade de Belém-Pará. CEP: 66020-160, Telefone/fax (91) 3223-2518, email: arapina@terra.com.br

Protocolo: 144338

EXTRATO DA PORTARIA Nº 022/2017-2ºPJDC

O 2º Promotor de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, com fundamento no artigo 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no artigo 12, inciso XI da RESOLUÇÃO Nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho DE 2011, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000034-200/2017-MP/2ªPJDC, que se encontra à disposição na 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, Km 08, s/n, CEP 67030-000, Ananindeua/PA, Telefone: (91) 3239-4811.

PORTARIA Nº 022/2017-2ºPJDC

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Assunto: Saúde – Averiguar suposta violação a direito fundamental, (saúde), consistente em omissão por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) em viabilizar exame de Angiorressonância Magnética do Encéfalo, no Reclamante Senhor NILTON TAVARES DA SILVA.

QUINTINO FARIAS DA COSTA JÚNIOR – Promotor de Justiça

Protocolo: 174680

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RESUMO DA PORTARIA Nº 003/2017-MP/2ªPJ/DC

O 2º ROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE BELÉM, em exercício, Dr. MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 000123-111/2016-MP/2ªPJ/DC, na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR: Nº 000123/2016-MP/2ªPJ/DC

Restaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 e art. 26, inciso I e V da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.

Apurado: CITY LAR (DISMOBRÁS IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS S/A).

Objeto da apuração: Apurar as informações sobre a inclusão de serviços como seguro e garantia na venda de produtos, sendo realizada sem a devida informação ao consumidor. Belém, 07 de abril de 2017.

MARCO AURÉLIO LIMA DO NASCIMENTO

2º Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor

Protocolo: 174688